



**3º Simpósio Avaliação da Educação Superior**  
05 e 06 de setembro de 2017  
Florianópolis – SC – Brasil  
ISBN: 978-85-68618-04-2



## **O Retorno Financeiro dos Egressos da Universidade de Brasília – 1995 a 2015: Uma análise de salários.**

Andrea Felipe Cabello  
Dra. em Economia na  
Universidade de Brasília  
[andreafc@unb.br](mailto:andreafc@unb.br)

Vanilda de Oliveira Coelho  
Mestre em Economia e Gestão  
de Finanças Públicas pela  
Universidade de Brasília  
vanildacoelho@unb.br

### **Resumo**

O presente estudo teve por objetivo principal estudar o retorno financeiro à educação fornecido pela Universidade de Brasília, a partir da remuneração dos egressos de graduação, dos últimos 21 anos da Universidade de Brasília. Foram levantados os dados sobre formados em graduação pela UnB entre os anos de 1995 a 2015, com levantamentos junto à Relação Informações Sociais-RAIS- do Ministério do Trabalho e Emprego. Conclui-se que a remuneração aumenta ao longo dos anos, à medida que os egressos vão obtendo mais experiência na carreira e que a diferença de remuneração entre cursos tende a diminuir aos longos dos anos, sinalizando uma boa qualidade do aluno oriundo da UnB, em qualquer área de atuação.

**Palavras Chaves:** Investimento em Educação; Capital Humano; Teoria Economia da Educação

### **Abstract**

The present study had as main objective to study the returns of the education provided by the University of Brasília, from the remuneration of undergraduate students of the last 21 years University of Brasília. Data on graduates graduated by UnB between 1995 and 2015 were collected, with surveys from the Social Information-RAIS - of the Ministry of Labor and Employment. It is concluded that the remuneration increases over the years and the difference between courses tends to decrease, signaling the good quality of the student coming from UnB, in any area of performance.

**Keywords:** Investment in Education; Human capital; Theory Economics of Education.

## **Introdução.**

A literatura sobre retornos da educação é vasta e sinaliza os benefícios desse tipo de investimento, principalmente no longo prazo. A educação desempenha um papel de dar oportunidade e de aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho ou, em outros termos, de aumentar a empregabilidade e a remuneração dos indivíduos, num cenário em que o desemprego tecnológico parece que veio para ficar (CASTELLS, 1999). Um tipo especial de retorno é o retorno salarial dos egressos ao longo do tempo.

A Universidade de Brasília está inserida em um ambiente favorável, valendo-se de elementos positivos, como a localização estratégica na Capital Federal, a boa imagem institucional e a credibilidade conquistada ao longo de seus 55 anos de existência. Essas peculiaridades fazem com que os retornos do investimento em capital humano, feitos por meio dessa instituição, pareçam ser particularmente positivos e mereçam estudo. Assim, nosso objetivo é mapear os retornos financeiro à educação a partir dos egressos UnB dos últimos 21 anos. Para isso, utilizaremos dados de egressos oriundos da própria universidade e dados da RAIS, buscando investigar a colocação desses egressos no mercado formal de trabalho para avaliar assim o retorno salarial do investimento feito ao longo do tempo nesses alunos.

O estudo com os egressos de graduação da UnB justifica-se pois busca verificar se a UnB tem atendido as demandas de profissionais requisitados no mercado de trabalho. Esse retorno é fundamental para medir a aderências dos cursos às necessidades do mercado de trabalho, para a formulação de políticas institucionais, para atestar os resultados do compromisso da UnB com a sociedade e orientar melhorias. Essas informações podem ainda motivar os alunos atuais, bem com os futuros ingressantes com a construção de uma imagem positiva da Universidade.

Os resultados também são importantes para a UnB e para os demandantes de ensino superior de uma forma geral, na medida em que a análise da aderência de inserção dos egressos no mercado de trabalho pode ser vista como uma variável correlacionada com a qualidade da formação desse egresso, além de mostrar quais áreas de formação tem mais adesão ao mercado de trabalho no Distrito Federal e do país como um todo.

O estudo foi realizado apenas com egressos de graduação já que os demais egressos, mestres e doutores, muitas vezes, já são profissionais alocados no mercado de trabalho que retornam à universidade para se especializarem. Além disso, a escolha de delimitar o estudo com os egressos de graduação da UnB dos últimos 21 anos, se deu pelo fato de se ter como proposta a verificação junto à Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério do Trabalho em Emprego (MTE) informações referentes aos graduados pela UnB que estão na ativa. O que não implica em dizer que os demais, que se formaram em anos anteriores à 1995, não estejam no mercado de trabalho, porém neste estudo, para melhor adequar a proposta pretendida optou-se por delimitar um período específico para facilitar as análises dos dados disponibilizados.

Vale ressaltar que embora este estudo tenha a preocupação de analisar o retorno financeiro/demanda/inserção dos egressos da UnB no mercado de trabalho, sabe-se que a universidade também tem a missão de buscar a formação mais humana e social de seus alunos, contando com diversos cursos que buscam dinamizar os aspectos sociológico, humanitário e cidadania, ficando a questão do retorno financeiro em segundo plano.

Este artigo está organizado em três seções, além desta introdução. Na seção um é apresentado os aspectos teóricos que embasam o estudo proposto. Na seção dois é abordado os dados e procedimentos da pesquisa. Na terceira seção apresenta-se os resultados, dentro do período em estudos.

### **1. A Economia da Educação:**

A economia da educação e a teoria do capital humano buscam explicar as relações entre educação e desenvolvimento. Um dos pioneiros nesse tipo de investigação científica foi Theodore Schultz entre os anos 50 e 60. Para Schultz (1967), por meio do investimento em educação, as pessoas adquirem capacidades e as habilidades, passam a ter melhores trabalhos e melhores remunerações. Isso faz com que elas exerçam influência na acumulação de capital, além de alterarem as estruturas dos padrões de consumo e elevar o nível sociocultural. Assim, a educação é vista como um investimento que eleva a produtividade e os ganhos dos trabalhadores, além de alterar o padrão de vida dos indivíduos e impulsionar o desenvolvimento econômico.

A economia da educação fornece, assim, uma explicação para as diferenças no nível de desenvolvimento entre as nações e rendimentos entre os indivíduos. Os diferentes estoques de capital educacional justificam, assim, essas diferenças, constituindo-se em receituário para a saída do subdesenvolvimento.

As pessoas valorizam as suas capacidades, tanto como produtores, quanto como consumidores, pelo investimento que fazem em si mesmas. A educação é a melhor forma de se investir em capital humano, pois, além de produzir a instrução, ela progride nos conhecimentos, por meio da pesquisa. A instrução pode produzir e causar benefícios no presente ou no futuro, sendo vista como um investimento que afeta tanto as futuras despesas quanto as futuras rendas, se assemelhando a investimentos em outros bens de produção. Sempre que a instrução, associada à educação, eleva as rendas futuras, há uma ampliação da produtividade, considerando-se como resultado do investimento em capital humano.

Em Schultz (1973), investimentos em capital humano determinam as futuras perspectivas da humanidade, sendo fatores decisivos de produção para a melhoria do bem-estar das pessoas pobres. Os avanços em conhecimentos melhoram significativamente as perspectivas econômicas e o bem-estar das pessoas menos favorecidas, impactando numa melhor condição de vida para toda a sociedade. De acordo com Schultz (1987), a educação é vista não somente como um determinante do crescimento e progresso econômico, mas também como uma geradora de externalidades positivas para a sociedade, pois alavanca maior consciência ao indivíduo seja de caráter político, ético, moral ou social, minimizando fatores de risco à população e proporcionando maior bem-estar coletivo.

Diante desses apontamentos, torna-se possível perceber que a educação pode oferecer externalidades positivas diretas e indiretas na economia. A externalidade direta refere-se aos efeitos dos maiores rendimentos do indivíduo proporcionando, num caráter coletivo, maior crescimento econômico. Enquanto a externalidade indireta pode vir a proporcionar maior equidade e justiça social.

Para Becker (1993), é mais fácil quantificar o lado monetário, bem como os resultados ou benefícios advindos do capital humano. Porém, há outros aspectos a considerar, pois a educação promove resultados positivos na área da saúde, por exemplo, uma vez que indivíduos mais instruídos tendem a desenvolver atividades de prevenção a doenças. Há, também, resultados positivos no nível de democracia da sociedade, fazendo com que os indivíduos interajam de forma mais consciente com seus governantes e com maior conhecimento de políticas. Enfim, a educação propicia resultados positivos tanto no contexto econômico, quanto no político, social e cultural.

Na literatura sobre o tema, a renda e a taxa de retorno recebem papel de destaque. Neste sentido, a demanda por educação dos indivíduos segue o objetivo de maximizar os fluxos de rendimento ao longo da vida ou, de maneira mais ampla, maximizar a utilidade futura. A decisão de investir em educação é tomada comparando o fluxo de rendimentos esperados, excluídos os custos associados à sua aquisição, com o valor presente da renda esperada ao não fazer o investimento.

Zulauf (2006) enfatiza a necessidade de formar graduados com habilidades acadêmicas e profissionais que incluem competências, posturas e valores, capazes de ajudar a revitalizar a economia, mas para isto, antes, os graduandos devem estar aptos e preparados para inserção no mercado de trabalho. Neste cenário, as metas e os resultados da educação superior foram redefinidos, tendo como meta básica, ainda de acordo com Zulauf (2006), “o ensino das habilidades que contribuem para a sociedade e para o desenvolvimento da mente do indivíduo” e “o resultado do ensino superior tem que ser o desenvolvimento do conhecimento, da compreensão e de habilidades específicas, cognitivas e básicas”. (ZULAUF, 2006, p. 05 e 06).

O ensino de habilidades deve atender às necessidades da economia e do indivíduo. Todas as mudanças sejam científicas, tecnológicas ou econômicas, precisa de um ensino que focaliza habilidades pessoais e intelectuais transferíveis, valorizadas pela indústria, comércio, profissionais, e administração pública e social. Outro aspecto importante é a demanda crescente por mão de obra cada vez mais especializada. Surge, então, a necessidade de se atender a qualificação que o mercado exige. O ensino superior passa a exercer o papel fundamental nesta relação, uma vez que a especialização que o mercado requer vem da qualificação adquirida por meio da educação superior em diferentes níveis. Há uma relação direta entre colocação no mercado de trabalho e aprimoramento acadêmico, quanto maior a dedicação dispensada à educação, maior será o número de possibilidades profissionais que o indivíduo apresentará.

No Brasil, tem-se observado o aumento de acesso ao ensino superior, o que representa aumento de número de pessoas que estão preocupados em investir educação e em qualificação. Isto se dá tanto por iniciativas governamentais, por meio dos programas de expansão de educação superior - Prouni, FIES, SISU, REUNI-, dentre outros, como também por iniciativa pessoal. A população começa a observar que o fator educação representa um investimento e ganho de capital humano.

Assim, a qualificação do trabalhador adquirida pelo capital educacional potencializa o crescimento econômico, dá chances individuais de acesso a melhores postos de trabalho, contribui para maior produtividade, além de melhorar a remuneração recebida.

Tal retorno pode inclusive influenciar a escolha de carreiras. Bartalotti (2007) aponta que o status que uma carreira proporciona pode ser decisivo na escolha do curso superior, como por exemplo, graduados em cursos tradicionais como Direito, Medicina e Engenharia gozam de certas “vantagens” associadas às prerrogativas de suas carreiras, visto o status ou prestígio, que elas proporcionam. Isto faz com que muitos optem por seguir umas destas profissões. Entretanto, lembra o autor que outro fator individual na opção de graduação é a vocação do indivíduo. As pessoas apresentam diferentes mapas de preferências e, neles, cada indivíduo escolhe a combinação de atividades que maximiza sua utilidade. Dentre as atividades a serem definidas estão as profissionais e, portanto, quanto mais próximo à indiferença entre duas carreiras uma pessoa estiver, maior deve ser a relevância de fatores como a renda esperada na sua escolha.

## **2. Dados e Procedimentos da Pesquisa:**

O lócus da nossa pesquisa é a Universidade de Brasília (UnB) – Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) com sede em Brasília, Distrito Federal, composta por seus quatros

campi. Segundo Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2017 da UnB, a instituição conta com 119 cursos de graduação, entre cursos com habilitação em bacharelado e licenciatura. Do total, 107 cursos são cursos presenciais e 12 à distância. Em termos de pós-graduação, a UnB conta com 86 cursos de mestrado e 66 cursos de doutorado.

Conforme o Censo Escolar de 2014, a UnB conta com 34.506 alunos regulares registrados nos cursos de graduações na modalidade presencial, entre turnos integrais e noturnos, além dos 1.866 matriculados em cursos de longa distância. Destes alunos, 3.733 dos cursos presenciais e 289 dos cursos de longa distância concluíram a graduação em 2014. Sendo assim, a UnB disponibilizou, em 2014, para a sociedade, 4.022 novos profissionais de graduação que se inseriu no mercado de trabalho.

Nossa análise, no entanto, concentra-se nos graduados pela UnB entre os anos de 1995 a 2015 dentre os diversos cursos oferecidos pela universidade à população do DF e a região central do Brasil, como um todo.

Os dados analisados, tanto os referentes à graduação da UnB quanto aos da RAIS, foram disponibilizados pela Coordenadoria de Informações Gerenciais – CIG, da Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais – DAI, do Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO da UnB-. No ano de 2015 foi firmado o Convênio nº 001/2005/FUB/MTE/SENAES entre a Fundação Universidade de Brasília - FUB e Ministério do Trabalho e Emprego - MTE a fim de efetuar consultas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Neste caso foi possível ter acesso aos dados do registro dos empregos dos egressos da UnB que estão inseridos na RAIS através das informações fornecidas pelo DPO.

Para essa análise definiu-se por agrupar os egressos por curso, sem diferenciação dos turnos (noturno e integral), visto que é possibilitado aos estudantes cursar determinada matéria no turno que melhor lhes convêm, o que permite ter aluno matriculado no período integral cursando matéria do curso noturno, ou vice e versa. Os cursos com habilitação em bacharelados foram identificados no trabalho por (B) e os de licenciaturas em (L). Para as análises dos dados, foram considerados 120 cursos de graduação visto que Esquema I (curso especial de formação pedagógica que tinha o objetivo habilitar profissionais portadores de diploma de graduação para o exercício de magistério), aparece como curso que obteve egressos entre os anos de estudos, porém hoje, já não mais faz parte da grade de cursos ofertados pela UnB.

A RAIS, base de dados utilizada nesse estudo, é um relatório de informações socioeconômicas que é solicitado, anualmente, pelo Ministério do Trabalho e Emprego às pessoas jurídicas e outros empregadores. Foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 2 de dezembro de 1975, e tem como objetivo suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Segundo o Manual de Orientação RAIS e também pela a Portaria de Nº 1.464, de 30 de dezembro de 2016 do MTE, devem declarar a RAIS os inscritos no CNPJ com ou sem empregados – o estabelecimento que não possuiu empregado ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base está obrigado a entregar a RAIS Negativa-; todos os empregadores, conforme definidos na CLT; pessoas jurídicas de direito privado, empresas individuais, cartórios extrajudiciais, consórcios de empresas, condomínios, sociedades civis, empregadores urbanos e rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base; órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal; filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.

Devem estar relacionados na RAIS empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência ou temporários; servidores públicos efetivos e não efetivos da

administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como das fundações supervisionadas; trabalhadores avulsos (aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra ou sindicatos da categoria); empregados de cartórios extrajudiciais; trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural; menor aprendiz; servidores e trabalhadores licenciados; servidores públicos cedidos e requisitados e dirigentes sindicais.

Conforme o Manual de Orientação da RAIS não deve estar relacionado na RAIS diretores sem vínculo empregatício para os quais não é recolhido FGTS; autônomos; eventuais; ocupantes de cargos eletivos (governadores, deputados, prefeitos, vereadores, etc.), a partir da data da posse, desde que não tenham feito opção pelos vencimentos do órgão de origem; estagiários; empregados domésticos e cooperados ou cooperativado.

Neste contexto, a RAIS é resultado de uma parceria, onde todos os agentes têm um papel relevante na geração de informações fidedignas sobre o mercado de trabalho, cuja confiabilidade dos dados é de responsabilidade de todos os atores envolvidos. Segundo o Manual de Orientação da RAIS ano base 2016, a RAIS, com transcorrer do tempo, foi se tornando uma das fontes estatísticas mais confiáveis sobre o mercado de trabalho formal no país. Este registro administrativo constitui referência nacional e internacional.

### **3. Resultados:**

A UnB formou, entre os anos de 1995 a 2015, 67.113 alunos de graduação em diferentes cursos oferecidos. Quando se considera todos os egressos da UnB ao longo de sua existência há 94.994 formados, conforme Anuário Estatístico de 2016. Do total dos egressos de 1995 a 2015, os dados mostram que 34.622 tiveram registro na RAIS, ou seja, 52% ingressaram no mercado de trabalho formal, como empregados com carteira assinada ou com vínculo em serviço público. Quando se observa o registro na RAIS, sem delimitação de tempo, nota-se que há 50.256 registros de egressos da UnB que efetivamente estão ativos no mercado de trabalho com registro em RAIS. Ou seja, a presença de egressos da UnB naquela base de dados é muito maior do que a amostra que consideramos aqui.

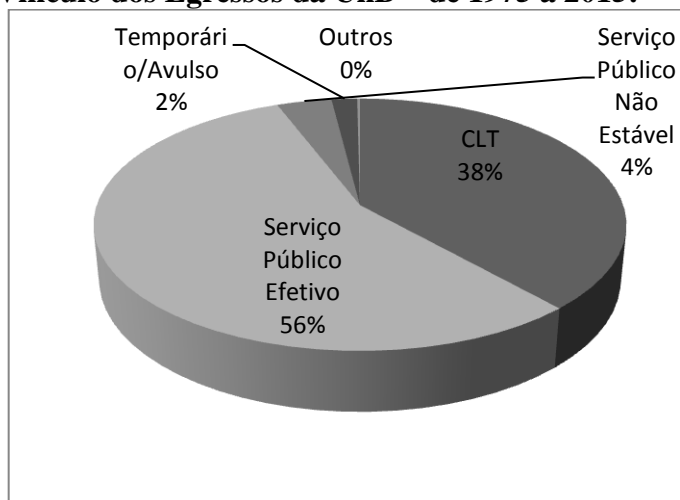
Para as análises que se seguem, foram destacados somente os egressos de 1995 a 2015, por curso de formação, por ser este o período de estudo proposto para o trabalho. Há, entretanto divergências entre os cursos em relação ao grau de aderência ao mercado formal de trabalho, ou seja, por razão inserção na RAIS/formados por curso. Algumas áreas adotam regimes diferenciados de contratação e por isso estão desobrigadas de registrar seus trabalhadores nessa base de dados. Nesse trabalho, não lidaremos de forma explícita com esse problema.

O tipo de vínculo empregatício está relacionando com o modelo de contrato celebrado entre empregador e o empregado. Para as análises dos gráficos deste tópico, todos os egressos da UnB com registro na RAIS foram considerados. Neste caso, contou-se com uma amostragem de 50.256 egressos de cursos de graduação da UnB entre os anos de 1975 a 2015 que efetivamente obtiveram ingressos na RAIS. Optou-se por considerar todos os egressos, sem delimitação de tempo por entender que, neste caso, tais informações contribuem para ter uma visão geral das regiões que mais captam as forças de trabalhos fomentadas pela UnB.

Ao analisar os dados dos egressos da UnB, notou-se que 60% dos egressos estão no mercado de trabalho como servidor público, destes 56% são servidores públicos efetivos e 4% são servidores públicos não estáveis. A iniciativa privada abarca cerca de 40% dos egressos e 2% estão como força de trabalho temporários/avulso.

A grande quantidade de egressos da UnB no serviço público é um indicador que a Universidade tem tido uma função primordial de suprir a força de trabalho demandada pelo serviço público. O fator principal relacionado a isto é pela característica do mercado de trabalho de Brasília que, por ser Capital Federal, atua como centro do poder federal e abarca grandes órgãos da alta administração do país.

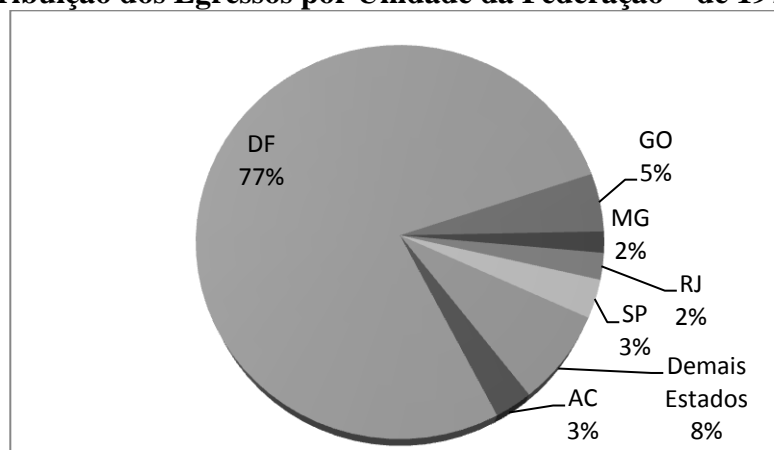
**Gráfico 1-Tipo de Vínculo dos Egressos da UnB – de 1975 a 2015:**



Fonte: RAIS ano base 2016. Elaboração da autora.

Já em relação à distribuição geográfica dos egressos da UnB, observa-se uma concentração na região Centro Oeste, como mostra o gráfico 2.

**Gráfico 2- Distribuição dos Egressos por Unidade da Federação – de 1975 a 2015:**



Fonte: RAIS ano base 2016. Elaboração Autora.

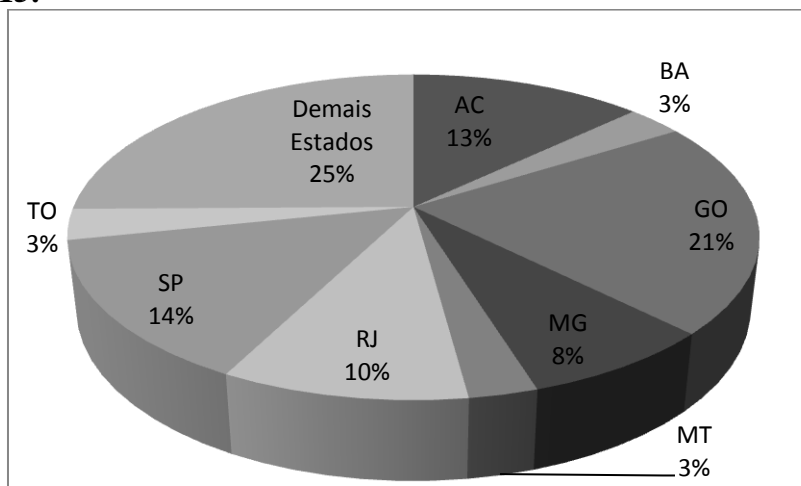
Verifica-se que 77% dos egressos da UnB, com registro na RAIS, estão atuando no mercado de trabalho do Distrito Federal, seguido do Estado de Goiás que abarca 5%, São Paulo 3%, e o Acre outros 3%. Os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentam cerca de 2% cada, os demais estados, registram-se, de em torno de 8% no total.

Os números indicam que grande parte de egressos permanecem atuando no mercado de trabalho do Distrito Federal. Por ser a Capital Federal e por abrigar muitos órgãos do governo central, Brasília tem como característica um mercado de trabalho predominantemente do serviço público, com isto, muitos dos estudantes do Distrito Federal, como também de outros Estados que buscam formação acadêmica na UnB optam por se estabelecer na capital federal e fazer carreira nas oportunidades que o mercado de trabalho que a região oferece. O estado de Goiás, em razão da microrregião do entorno do Distrito Federal, o acaba sendo um

estado que atrai os egressos da UnB e com isso abriga cerca de 5% da força de trabalho formada pela UnB.

O gráfico 3 faz a análise de atuação dos egressos, por unidade da federação, sem considerar o Distrito Federal.

**Gráfico 3 - Distribuição dos Egressos por Unidade da Federação sem o Distrito Federal – de 1975 a 2015:**



Fonte: RAIS ano base 2016. Elaboração Autora.

Goiás é o estado de maior destaque, abarcando cerca de 21% dos egressos da UnB. Por ser um estado vizinho ao Distrito Federal, conseqüentemente, a UnB se torna uma universidade de muita procura por estudantes goianos. Outro ponto importante é que o Estado de Goiás possui apenas uma universidade federal, podendo ser neste caso, uns dos fatores que contribuem para que o Estado de Goiás tenha uma significativa demanda de profissionais formados pela UnB.

São Paulo é outro Estado que aparece como agregador da força de trabalho fomentada pela UnB tendo em torno de 14% de representatividade no total dos egressos, número bem significativo para uma região que é reconhecida por abrigar as melhores universidades do país. No entanto, o Estado de São Paulo também é reconhecido, nacionalmente, como o estado como maior geração de emprego, o que leva a crer que muitos dos egressos da UnB vão em busca de oportunidade de trabalho no referido Estado.

Deve-se ser destacado, ainda, o Estado do Acre com 13%, número este bem expressivo, uma vez que é um dos Estados mais distante da UnB e com pouca expressividade na geração de emprego. Porém, como Goiás, é também um estado que conta apenas com uma universidade federal para atender toda sua população local. A Capital Federal acaba sendo um dos destinos mais procurados pelos estudantes, oriundos do Estado do Acre, quando procuraram uma universidade federal fora do estado. Certamente este é um dos fatores que leva a verificar que egressos da UnB têm boa atuação no mercado de trabalho no Acre.

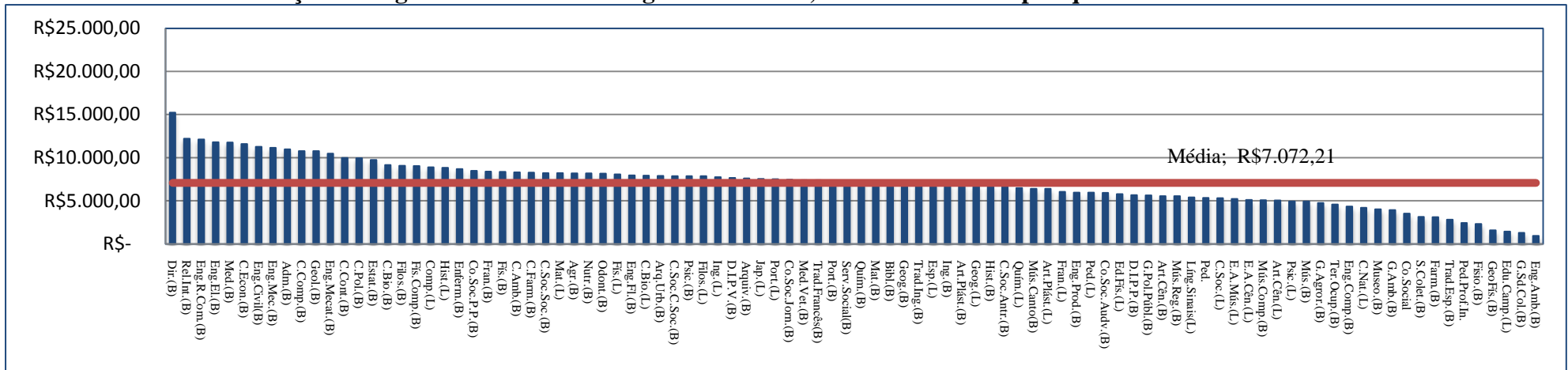
O Estado do Rio de Janeiro abarca cerca de 10% de egressos da UnB, não tão diferente que o Estado de São Paulo. O Estado Rio também agrega boas universidades, porém é um Estado dinâmico como São Paulo em relação às oportunidades de empregos, em que muitos egressos vão à procura de colocação no mercado de trabalho. Em seguida vem Minas Gerais com 8%, por ser um estado circunvizinho do Distrito Federal acaba por abarca uma boa porcentagem de egressos da UnB. Outros Estados que aparecem com relevância é Tocantins, Mato Grosso e Bahia cada um deles abarcam cerca de 3%. Os demais estados apresentam uma porcentagem de empregabilidade de egressos menos expressiva ficando em torno de 25% distribuídos entre os outros dezoito Estados.



Já em relação às rendas dos egressos, as análises se referem à renda média ponderada pela quantidade de egressos por cursos dentre os anos de estudos. Para melhor compreensão, optou-se por dividir em períodos, ficando assim egressos em grupo de 05 anos. Os gráficos 4 a 7 mostram esses resultados.

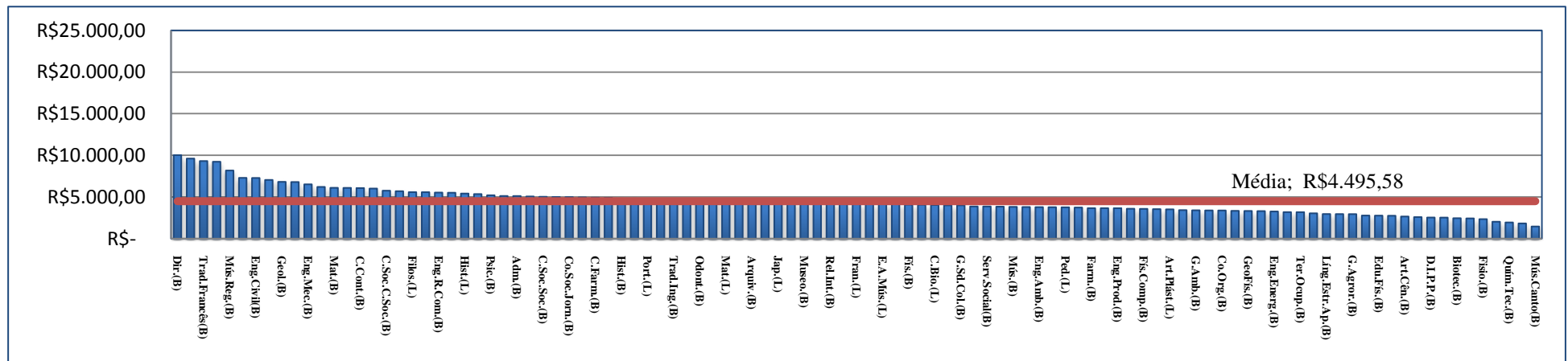


**Gráfico 6- Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS, Média Ponderada por quantidade de formados - 2006 a 2010:**



Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

**Gráfico 7- Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS, Média Ponderada por quantidade de formados - 2011 a 2015:**



Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

Ao analisar a renda média dos egressos de diferentes cursos ao longo dos 21 anos em estudo, nota-se que há uma discrepância considerável entre os cursos com melhores níveis de remuneração e os menos remunerados. Isto fica evidente nos quatros períodos dos anos em análise, como mostram os gráficos 4 a 7.

Os egressos entre anos de 1995 a 2000 (Gráfico 4) apresentam renda média mais elevada quando comparada aos demais anos. São profissionais que estão alocados há mais tempo no mercado de trabalho, e, portanto, têm mais experiências e, como consequência, têm salários mais altos. Os profissionais formados neste período apresentam uma renda média cerca de 10 a 13 mil reais, com picos de remuneração mais elevada em cursos como engenharia de rede de comunicação e relações internacionais que apresentam salários acima de 22 mil reais. Porém, nota-se que há cursos menos remunerados como psicologia (L), ciências sociais e ciências sociais antropologia, com remuneração entre 5 a 6 mil reais.

Já nos períodos subsequentes, a renda média geral tende a cair. Entre os egressos dos anos de 2001 a 2005, a remuneração média dos profissionais varia em torno de 9 a 10 mil reais, com as melhores remunerações em áreas como direito, engenharia de redes de comunicação, relações internacionais e ciências econômicas, que apresentam salário médio acima de R\$ 15 mil. Já entre os egressos nos anos de 2006 a 2010, a renda média varia em torno de 7 mil reais, com destaque para os profissionais da área de direito com salário médio acima de R\$ 15 mil, seguidos daqueles de engenharia de redes de comunicação, relações internacionais apresentando uma média de 12 mil reais.

Os egressos dos anos de 2011 a 2015 apresentam uma média de renda bem menor quando comparado com os egressos dos primeiros anos em estudos e isto se explica por serem profissionais recém-formados, com poucas experiências profissionais. Outro fator a considerar é a conjuntura econômica do país e a redução nos números de concursos públicos têm alguma influência na redução da renda. A renda média desses profissionais varia em torno de R\$ 4 mil com melhores remunerações para os profissionais da área de direito, filosofia, letras tradução francês e medicina com renda acima de 9 mil reais. A grande maioria dos cursos apresenta uma renda bem abaixo da média (indicando uma dispersão interessante nesse período entre os cursos no quesito remuneração), já que a grande maioria dos profissionais ganha menos de 5 mil reais, independente de qual área de formação.

Nisto, observa-se que quando se compara a renda média ao longo dos anos de formação, nota-se que a experiência profissional e o tempo de formação são variáveis que implicam na melhoria de renda média desses egressos.

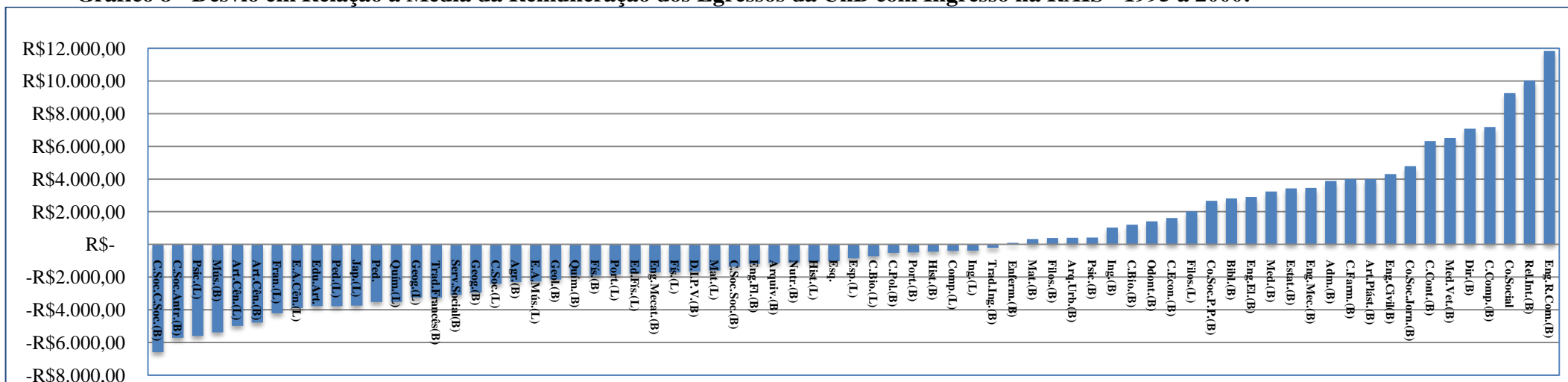
Já os próximos gráficos apresentaram as mesmas informações dos gráficos 4 a 7, mas com uma diferença. A partir do cálculo da média simples das médias ponderadas apresentadas naqueles gráficos, ordenou-se os cursos pelo tamanho e sinal do desvio de sua média ponderada em relação a essa média simples calculada. O objetivo é ilustrar de forma mais clara os cursos que oferecem retornos acima da média e aqueles que oferecem retornos abaixo da média

A proporção do desvio padrão em relação à média das remunerações dos diversos cursos tende a serem menores nos períodos recentes. Os gráficos mostram que as médias das remunerações se distribuem de forma mais uniforme, quanto mais recente é a formatura do egresso. Para egressos formados há menos tempo, os cursos nos extremos (tanto os de maior remuneração quanto os de menor remuneração) são menos díspares, indicando que há um desvio padrão das médias inferior e uma distribuição mais uniforme.

Nisto, nota-se que há maior dispersão da renda dos profissionais que estão há mais tempo no mercado, o desvio padrão aumenta à medida que os egressos adquirem mais experiência na carreira. Os egressos entre os anos de 1995 a 2000 apresentam maior dispersão

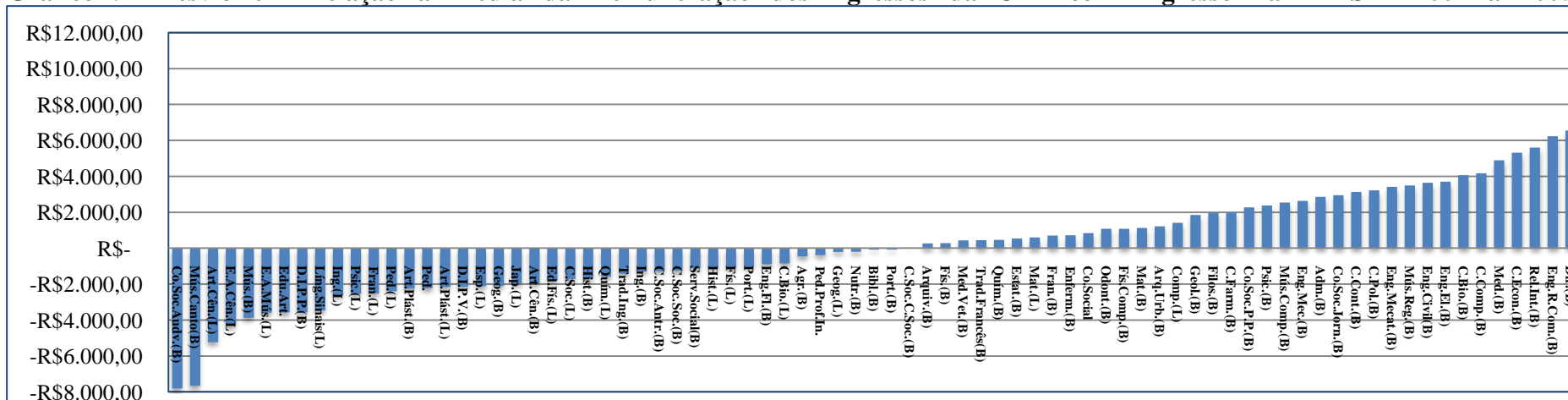
de renda em relação às carreiras quando se compara aos egressos dos anos subsequentes. Para os egressos nos anos de 2010 a 2015 há uma menor dispersão na renda, o que indica que no início da carreira a dispersão entre os cursos é bem menor, independente do que tipo de curso que os egressos foram habilitados.

**Gráfico 8- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 1995 a 2000:**



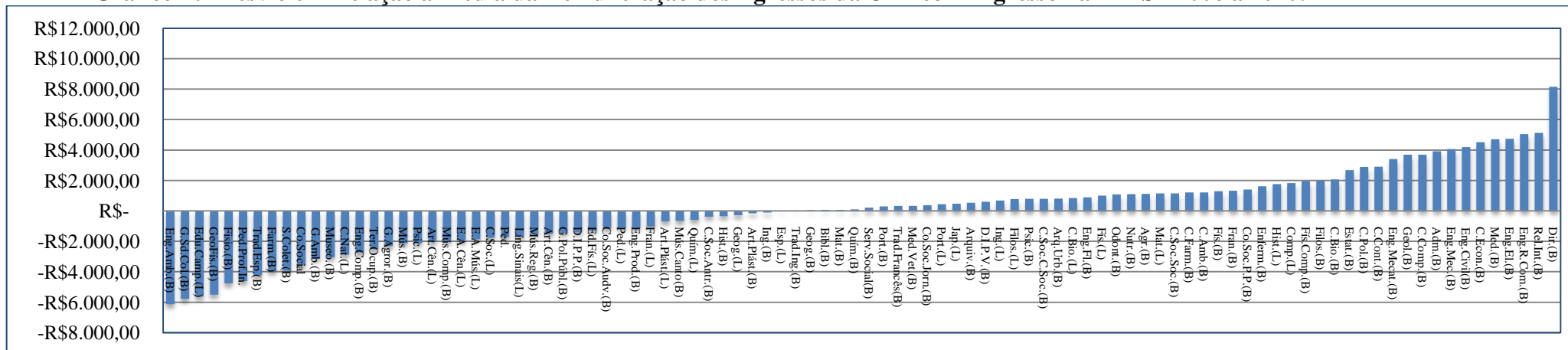
Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

**Gráfico 9- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 2001 a 2005:**



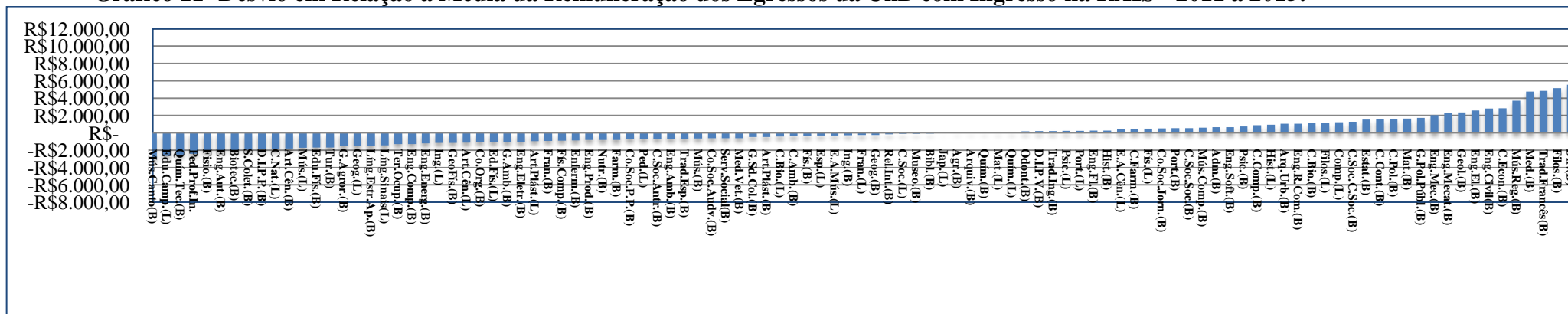
Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

**Gráfico 10- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 2006 a 2010:**



Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

**Gráfico 11- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 2011 a 2015:**



Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

#### 4. Cursos mais concorridos nos vestibulares da UnB e o retorno da educação.

Segundo dados do CESPE/CEPRASPE, em relação à demanda de candidato por vaga, os cursos que tiveram maior demanda por vaga, nos últimos vestibulares, foram medicina, direito, psicologia, odontologia, engenharia civil, nutrição, medicina veterinária e arquitetura e urbanismo. A tabela 4 traz esses dados.

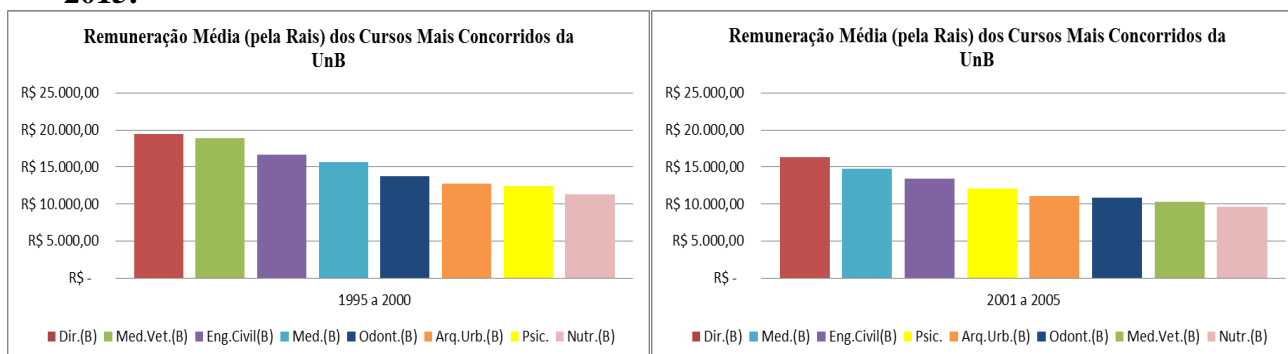
**Tabela 1 - Relação candidato/vagas no Vestibular da UnB, média dos anos de 2014, 2015 e 2016.**

<i>Concorrência no vestibular da UnB</i>	
Cursos	Média
Medicina	108,21
Direito	16,68
Psicologia	13,22
Odontologia	13,30
Engenharia Civil	13,16
Nutrição	11,28
Medicina Veterinária	10,96
Arquitetura e Urbanismo	10,84

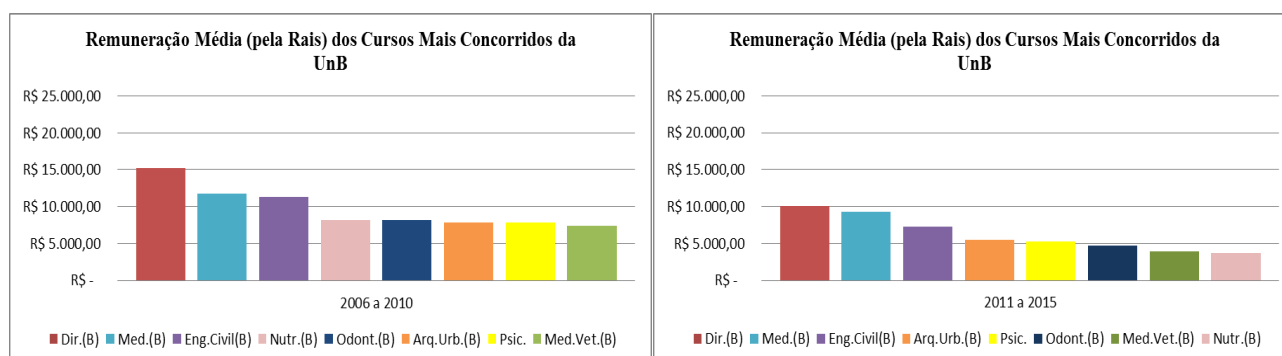
Fonte: CESPE/CEBRASPE. Elaboração da Autora.

Tais cursos foram os mais procurados pelos estudantes que prestaram os vestibulares da UnB nos últimos 3 anos. Para este estudo, optou-se por analisar apenas os cursos que se apresentaram com média acima de 10 candidatos por vagas nos últimos vestibulares analisados, por se ter como proposta, neste momento, uma análise somente dos cursos mais concorridos dos vestibulares da UnB. Considerou-se, nesta análise, apenas a forma de seleção do vestibular tradicional da UnB, não analisando, neste caso, as demandas por vagas advindas do sistema de seleção unificada do Ministério da Educação (SiSU/MEC), programa de avaliação seriada (PAS), transferência facultativa, transferência obrigatória e processo seletivo de portadores de diploma de curso superior.

#### Gráfico 12-Remuneração média (pela RAIS) dos cursos mais concorridos da UnB – 1995 a 2015:







Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora.

Conforme dados da RAIS, em relação à remuneração média dos egressos dos cursos mais concorridos da UnB, observou-se que todos os oito cursos analisados apresentaram uma renda média elevada. Os egressos dos dois primeiros períodos em estudo (1995 a 2000 e 2001 a 2005) se destacaram com uma remuneração média acima de dez mil para todos os cursos analisados. Os outros dois períodos (2006 a 2010 e 2011 a 2015) apresentaram uma renda média menor comparada aos anos anteriores, porém sabe-se que o fator experiência profissional é uma variável preponderante que contribui para aumentar a renda média dos trabalhadores.

### Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo principal estudar o retorno financeiro à educação fornecida pela Universidade de Brasília, a partir da remuneração dos egressos de graduação, dos últimos 21 anos, da Universidade de Brasília. Assim, diante dos dados analisados, pôde constatar que dos 67.113 egressos de graduação dentre os anos estudados 52% estão inseridos no mercado de trabalho como empregados conforme constado nas informações da RAIS.

Conclui-se com a pesquisa que os alunos de graduação da UnB dos diferentes cursos e áreas de formação têm uma boa inserção no mercado de trabalho, se destacando tanto na iniciativa privada como nos serviços públicos, conseguindo obter oportunidades de emprego em todas as regiões do país. Além disso, eles se destacam com uma rentabilidade considerável, no mercado de trabalho, com uma renda média que vai aumentando com passar do tempo, conforme experiência na área de formação e os cursos mais concorridos nos vestibulares se configuram entre os que têm mais retorno em questão de renda. Nisto nota-se que a UnB atua com o compromisso da formação e da qualificação para o exercício profissional de seus alunos, tem contribuído, de forma importante, no desenvolvimento da educação que é o propulsor do desenvolvimento econômico do país e da região Centro-Oeste como um todo.

Além do mais, a pesquisa evidencia que a educação superior proporciona um retorno financeiro, relativamente, significativo aos indivíduos que buscam se qualificar e aprimorar seus conhecimentos através da educação e que investimento por meio da educação propicia melhorias na renda, além de outros resultados positivos.

Contudo, estudos futuros que buscam analisar o retorno financeiro dos egressos de cursos em que os profissionais são mais propícios a atuar no mercado de trabalho como autônomos ou profissionais liberais poderão contribuir ainda mais com o trabalho em questão, visto que neste estudo, tais profissionais não foram considerados, por não estarem inscritos na RAIS. Por fim, o estudo pode corroborar com futuras discussões em relação às melhorias na gestão universitária e na construção de políticas públicas direcionadas à comunidade acadêmica da universidade.

## Referências

- ALMEIDA, E. P. de; PEREIRA, R. S. **Críticas à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação**. Revista de Educação, v. 9, n. 15, 2000.
- BARTALOTTI, O. MENESES-FILHO, N. **A relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens**. Econ. aplic., São Paulo, v. 11, n. 4, Out./Dez. 2007, p. 487-505.
- BARBOSA FILHO, F.; PESSÔA. **Retorno da Educação no Brasil**. Pesquisa e planejamento econômico. v. 38 n. 1 abr. 2008.
- BECKER, G. S **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Third Edition, University of Chicago, NBER, New York, 1993.
- BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 Dez, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 29 jul.2016.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. **Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d7). Acesso em: 20 Jan.2017.
- \_\_\_\_\_. Portaria Nº 1.464, de 30 de dezembro de 2016. **Aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS ano-base 2016**. Disponível em: [http://www.rais.gov.br/sitio/rais\\_ftp/PortariaRAIS2016.pdf](http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/PortariaRAIS2016.pdf). Acesso em: 20 Jan.2017
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro n. 24 Set./Dec. 2003
- FRIGOTTO, G. **Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados**. Trab. Educ. Saúde, v.5 n.3, nov.2007/fev.2008, p.521-536.
- \_\_\_\_\_. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito**. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25-54.
- FRIGOTTO, G ; CIAVATTA, M (orgs). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Petropolis, RJ: Vozes, 2001.
- Guia do Estudante de 2016**, da Editora Abril. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/premio-melhores-universidades-2016-usp-e-a-melhor-publica/>. Acesso em: 30 Jan. 2017.
- GODIM, S.M.G. **Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários**. Estudos de Psicologia. v 7, n. 2. 2002, p.299-309.
- KLAUS. V. **Educação, desenvolvimento e gestão: conexões**. X ANPED SUL, Florianópolis, 10/2014.
- LE MOS, A.H.C.; DUBEUX, V. J. C., PINTO. M. C.S. **Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências**. Cadernos EBAPE. BR, Rio de Janeiro v. 7, nº 2, Jun. 2009, p. 369-384.
- LÓPEZ- R., Osvaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: Capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.
- Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano-base 2016**. – Brasília: MTE, SPPE, DES, CGET, 2016. 49p. Disponível em: [http://www.rais.gov.br/sitio/rais\\_ftp/ManualRAIS2016.pdf](http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/ManualRAIS2016.pdf). Acesso em: 20 Jan.2017
- MEDEIROS, C. R. O. A. **Contribuição do Estágio Supervisionado para a Formação de Competências do Administrador**. Em IX SEMEAD Seminários de Administração - FEA/USP. São Paulo, 2006.

MENEZES-FILHO, N. **Educação e desigualdade**. In: LISBOA, M. Microeconomia e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: EPGÉ-FGV, 2001. p.13-49.

NARITA, R.; FERNANDES, R. **Instrução superior e mercado de trabalho no Brasil**. Revista Economia aplicada, São Paulo, v. 5, n. 1, 2001, p. 7-32.

SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

\_\_\_\_\_. **Investindo no povo: O segredo econômico da qualidade da população**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

Universidade de Brasília: **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI- 2014 à 2017**. Disponível em: [http://www.dpo.unb.br/documentos/PDI/PDI\\_2014-2017.pdf](http://www.dpo.unb.br/documentos/PDI/PDI_2014-2017.pdf). Acesso em: 26 Jul.2016.

Universidade de Brasília: **Anuário Estatístico da UnB 2016**. Período de 2011 a 2015. Disponível em: [http://dpo.unb.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742](http://dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742). Acesso em: Maio.2017.

Universidade de Brasília. **Relação de candidatos por vaga no vestibular de 2014**. Disponível em:

[http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB\\_14\\_2/arquivos/VESTUNB\\_14\\_2\\_\\_DEMANDA\\_ATUALIZADA.PDF](http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB_14_2/arquivos/VESTUNB_14_2__DEMANDA_ATUALIZADA.PDF). Acesso em: 10 Mar. 2017.

Universidade de Brasília. **Relação de candidatos por vaga no vestibular de 2015**. Disponível em:

[http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB\\_15\\_2/arquivos/VESTUNB\\_15\\_2\\_\\_DEMANDA\\_\\_2\\_.PDF](http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB_15_2/arquivos/VESTUNB_15_2__DEMANDA__2_.PDF). Acesso em: 10 Mar. 2017.

Universidade de Brasília. **Relação de candidatos por vaga no vestibular de 2016**. Disponível em:

[http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB\\_16\\_2/arquivos/C\\_\\_PIA\\_DE\\_VESTUNB\\_16\\_2\\_\\_DEMANDA.PDF](http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB_16_2/arquivos/C__PIA_DE_VESTUNB_16_2__DEMANDA.PDF). Acesso em: 10 Mar. 2017.

VIANA, G., LIMA, J.F. **Capital humano e crescimento econômico**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010. p. 137-148.

ZULAUF, M. **Ensino superior e desenvolvimento de habilidades para a empregabilidade: explorando a visão dos estudantes**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 126-155.